Eleições e gestão pública por projetos

Whitepaper do OpenGov3

Edição 2.1 | 2 de novembro de 2026 | Português

Victor BP • Proposta de modelo despersonificado

Síntese

O OpenGov3 propõe desenvolver um novo modelo de eleição e gestão pública despersonificado e centrado em projetos. A proposta liga a escolha democrática de prioridades e projetos à responsabilidade por sua execução. Equipes, recursos, compromissos e resultados devem ser examináveis. A finalidade é fortalecer a autonomia das pessoas e tornar o exercício do poder verificável e responsável.

Este documento apresenta o ciclo de referência do modelo, seus valores, as decisões institucionais em aberto e os critérios para formular, comparar, executar e avaliar projetos. O esclarecimento cívico, as fontes e as ferramentas de acompanhamento apoiam esse trabalho e a participação de quem concorda, critica ou propõe alternativas.

O modelo está em desenvolvimento. Regras de voto e representação, seleção de equipes, alocação de recursos, controles e transição exigem estudo e validação próprios. Os instrumentos experimentais são examinados separadamente. A proposta não equivale a um sistema eleitoral em operação, a uma reforma aprovada ou a um orçamento nacional fechado.

opengov3.com

Conteúdo

Leitura principal para cidadãos, pesquisadores e profissionais de gestão pública. As referências numeradas permitem conferir as fontes. Os exemplos identificados como hipotéticos servem para explicar o método.

1 A proposta do OpenGov3 3

2 Valores e limites ao poder 5

3 Como examinar uma proposta 6

4 Projetos e compromissos verificáveis 7

5 Da execução à avaliação 8

6 Governança com participação e informação 10

7 O que aprender com outras experiências 12

8 Uma agenda de investigação para o Brasil 14

9 Instrumentos em investigação 15

10 Desenvolvimento do modelo 16

Glossário essencial 19

Referências 19

Texto de referência em português. As edições em inglês, espanhol, russo e alemão correspondem à mesma versão e preservam os identificadores das referências.

1 A proposta do OpenGov3

O OpenGov3 propõe um novo modelo de eleição e gestão pública despersonificado e centrado em projetos. Sua ideia central é articular a escolha democrática de propostas com a responsabilidade por sua execução: problemas definidos, alternativas comparáveis, recursos explícitos, equipes identificadas e resultados sujeitos a verificação. Esta edição desenvolve essa direção apresentada no whitepaper de 2025. [2]

Despersonificar significa reduzir a dependência da escolha política em relação ao carisma, à fama e à lealdade a uma figura pública. O debate deve se concentrar nos problemas, nas propostas e na capacidade de realizar o trabalho. Pessoas e instituições continuam identificadas, com responsabilidades, conflitos de interesse e decisões sujeitos ao exame público. A proposta procura aproximar o voto daquilo que será feito e de como será acompanhado.

Os textos fundadores defendem individualidade, liberdade de pensamento, responsabilidade, serviços essenciais e controle do poder. Esses valores orientam o modelo e os critérios usados para examiná-lo. Os ensaios preservam a voz e o contexto do autor; opiniões históricas e formulações filosóficas não se tornam, por isso, evidência empírica sobre grupos, países ou políticas. [1]

Estado da proposta

Aspecto	Alcance nesta edição
Princípios assumidos	Escolha democrática por projetos, responsabilidades identificadas, direitos, transparência e revisão. São compromissos normativos do modelo.
Desenho em aberto	Regras de voto e representação, composição de carteiras, seleção e substituição de equipes, autoridade orçamentária e transição institucional.
Evidência disponível	Estudos de mecanismos específicos e exemplos identificados como fictícios. A evidência de uma parte não comprova o sistema completo.
Validação pendente	Compreensão e inclusão, integridade dos registros, viabilidade fiscal e jurídica, governança e desempenho em aplicações delimitadas.

Como o modelo se organiza

O ciclo abaixo descreve o funcionamento pretendido e organiza os problemas de desenho. Suas etapas precisam ser examinadas em conjunto, pois a escolha de um projeto afeta recursos, responsabilidades e serviços.

- Proposição: apresentar projetos e portfólios com problema, público atendido, alternativas, entregas, metas, custos, fontes de recursos, prazos, riscos e equipes propostas.

- Comparação: tornar visíveis diferenças de objetivos, qualidade, alcance, custo completo, dependências e consequências, com fontes e incertezas acessíveis ao eleitor.
- Escolha democrática: permitir que o eleitor compare e priorize projetos conhecendo as equipes e os planos de execução propostos. A relação entre o voto, a representação e a autoridade para executar depende de regras ainda a desenvolver.
- Assunção de responsabilidades: definir quem decide, financia, executa, verifica e responde, com competências e recursos compatíveis com os compromissos assumidos.
- Execução e acompanhamento: registrar etapas, gastos, mudanças, justificativas e evidências, preservando a continuidade dos serviços e a possibilidade de fiscalização.
- Avaliação e revisão: examinar entregas e efeitos, ouvir contestações, corrigir erros e tornar o histórico de decisões e resultados útil para as escolhas seguintes.

Decisões de desenho em aberto

A ligação entre voto, autoridade e orçamento é uma tarefa central do desenvolvimento do OpenGov3. O modelo precisa oferecer respostas públicas e comparáveis às seguintes questões:

- Como o voto em projetos se relacionaria com representação, mandatos e poderes de decisão?
- Como selecionar equipes e distribuir responsabilidades entre quem propõe, financia, executa e fiscaliza?
- Como coordenar projetos interdependentes, prioridades concorrentes e limites orçamentários, mantendo serviços permanentes?
- Como assegurar participação acessível, proteção de dados, contestação, direitos e controles do poder?
- Como comparar regras alternativas e planejar uma transição compatível com competências institucionais e continuidade dos serviços?

Esclarecimento para desenvolver o modelo

Os textos, estudos e ferramentas do OpenGov3 apoiam a elaboração e o exame dessa proposta. O esclarecimento cívico ajuda cada pessoa a compreender instituições, comparar projetos, reconhecer custos e consequências e cobrar quem exerce poder. Uma pessoa deve poder aproveitar esse trabalho, discordar do modelo e continuar plenamente incluída na conversa. A compreensão e a participação não exigem concordância política com o autor.

Pesquisa, acompanhamento público e eventual atuação partidária têm responsabilidades distintas. Uma organização que disputa poder precisa enfrentar conflitos de interesse adicionais ao avaliar concorrentes. A hipótese partidária continua aberta à investigação; não é condição para construir ou discutir o modelo nem instituição constituída por este documento.

A pergunta orientadora é: esta decisão amplia a liberdade real das pessoas, respeita seus direitos e usa os recursos disponíveis de maneira responsável? A resposta exige observar a vida individual, a convivência social e a continuidade dos resultados.

2 Valores e limites ao poder

Valores orientam a escolha de objetivos e precisam ser explicitados. Evidências ajudam a examinar os meios, seus efeitos e suas limitações. Um indicador favorável não elimina um conflito de direitos nem determina sozinho quanto uma sociedade deve priorizar cada objetivo.

Valor	Consequência para o projeto
Dignidade individual	Direitos e valor humano não dependem de renda, produtividade, opinião ou pontuação.
Autonomia	Ampliar condições reais de compreender, escolher, trabalhar, aprender e cuidar.
Responsabilidade individual	Considerar escolhas e consequências sem ignorar condições de partida e riscos externos.
Responsabilidade pública	Exigir explicação e prestação de contas de quem decide sobre recursos e direitos.
Liberdade de pensamento	Permitir dúvida, crítica, acesso às fontes e revisão de convicções.
Pluralismo	Tratar divergências de prioridade com respeito e argumentos examináveis.
Democracia e limites ao poder	Preservar participação, representação, controles, direitos e alternância.
Ética e impessoalidade	Aplicar os mesmos critérios a aliados, financiadores, fundadores e adversários.
Transparência compreensível	Explicar decisões, dinheiro e resultados de forma verificável.
Respeito ao recurso escasso	Considerar custo completo, alternativas e oportunidades sacrificadas.
Iniciativa e concorrência	Facilitar criação e entrada, sem confundir empreendedorismo com privilégio.
Solidariedade e proteção	Enfrentar privações graves e apoiar também quem precisa de cuidado duradouro.
Aprendizagem e autocorreção	Revisar instrumentos quando a evidência ou a experiência mostrar falhas.
Longo prazo	Considerar continuidade dos serviços, ambiente e próximas gerações.

Autonomia depende de relações, serviços e instituições. Educação pública, saúde básica acessível, segurança e infraestrutura são prioridades presentes nos textos de origem. A necessidade de apoio permanente não reduz a dignidade de uma pessoa. Incentivar iniciativa econômica também exige reconhecer trabalho assalariado, cuidado, ciência e outras escolhas de vida. [1]

Eficiência deve incluir qualidade, distribuição e tempo imposto ao cidadão. Um procedimento barato para a administração pode transferir filas, deslocamentos e riscos para as famílias. A avaliação precisa mostrar esses custos e as alternativas disponíveis. A legitimidade democrática e os direitos impõem limites à busca de resultados.

3 Como examinar uma proposta

A construção do modelo eleitoral e a comparação de projetos exigem identificar que tipo de afirmação está em discussão. Essa distinção impede que uma simulação seja apresentada como previsão certa ou que uma preferência política seja escondida dentro de uma fórmula.

Tipo de afirmação	Exigência de análise
Valor	Justificar o princípio e reconhecer conflitos com outros valores.
Fato observado	Informar fonte, definição, período, cobertura e unidade.
Explicação causal	Examinar o que provavelmente ocorreria sem a intervenção.
Hipótese	Explicitar o mecanismo esperado e uma forma de testá-lo.
Escolha	Mostrar alternativas, restrições, critérios e autoridade responsável.

Oito perguntas de trabalho

- Qual problema está sendo resolvido e como foi identificado?
- Para quem ele existe e quais diferenças de território, renda, idade ou necessidade importam?
- O que já acontece hoje e quais instituições têm competência para agir?
- Como a mudança pretendida produziria o resultado?
- Que evidência sustenta essa expectativa e até onde ela permite concluir?
- Qual é o custo de implantação, operação, manutenção, transição e risco?
- Qual é a melhor alternativa disponível, incluindo melhorar o que existe?
- Que resultado ou problema exigiria corrigir, interromper ou substituir a intervenção?

A comparação prévia deve usar objetivos e restrições equivalentes. Propostas que oferecem serviços diferentes, atendem públicos distintos ou omitem despesas recorrentes não são diretamente comparáveis. O Green Book oferece uma referência metodológica para examinar alternativas, distribuição de efeitos e incerteza; sua aplicação ao Brasil exige dados e contexto próprios. [3]

Uma fonte e o alcance de uma conclusão

Uma lei permite conferir uma regra; uma página institucional, a descrição de um programa. Nenhuma delas demonstra, sozinha, execução adequada ou efeito causal. Uma avaliação pode sustentar uma conclusão no contexto estudado e ainda deixar dúvidas sobre outro território, período ou escala. Uma simulação revela consequências das premissas adotadas.

Cada afirmação relevante deve conservar seu trecho de origem, data e localização. O registro precisa distinguir conteúdo explícito da fonte, cálculo reproduzível, interpretação e informação ausente. Ausência de dado deve permanecer visível. Não preencher orçamento, prazo ou responsabilidade por inferência silenciosa.

Uma crítica útil identifica o ponto de divergência, a evidência que poderia resolvê-lo e o que continua sendo uma escolha de valores. A revisão pode concluir por manter, modificar, testar, deixar em aberto ou abandonar um instrumento.

4 Projetos e compromissos verificáveis

No modelo proposto, os projetos precisam ser apresentados como compromissos públicos verificáveis. Um compromisso público é uma obrigação ou intenção delimitada que pode ser relacionada a uma fonte, a responsáveis e a condições de execução. Uma obra, um serviço contínuo e uma reforma regulatória exigem formas de descrição e acompanhamento adequadas. A organização por projetos deve manter visíveis as obrigações permanentes de operação, manutenção e atendimento.

A ficha abaixo permite comparar propostas antes da escolha e acompanhar os compromissos depois. Ela não preenche lacunas da fonte nem atribui automaticamente a um agente o poder de cumprir o compromisso. Um parlamentar pode apresentar uma proposta sem controlar sua aprovação; uma prefeitura pode depender de financiamento ou autorização de outra esfera.

Campo	Informação a registrar
Problema	Necessidade identificada e diagnóstico de partida.
Pessoas e território	Público afetado, cobertura e diferenças relevantes.
Valor protegido	Finalidade e direitos envolvidos.
Alternativas	Opções comparadas e justificativa da escolha.
Compromisso	Entrega ou obrigação, escopo, meta e prazo quando definidos.
Responsáveis	Quem decide, financia, executa, verifica e responde.

Campo	Informação a registrar
Recursos	Custos iniciais e recorrentes, fontes e incertezas.
Dependências	Autorizações, pessoas, sistemas e outras entregas necessárias.
Evidências	Documento original, dados, método e limites.
Resultados	Mudança esperada na vida das pessoas e forma de medi-la.
Acompanhamento	Situação, marcos, desvios, justificativas e providências.
Contestação	Canal, procedimento de resposta e histórico de correções.

Quatro estados distintos

Proposta identifica o que se deseja fazer. Compromisso assumido exige responsável e condições definidas. Entrega registrada exige evidência de execução. Resultado avaliado exige exame do efeito produzido, com método e limites. Esses estados descrevem evidências diferentes; não são um percentual automático de progresso.

Um compromisso pode mudar, ser interrompido ou perder condições de execução. O histórico deve registrar o motivo e preservar as versões anteriores. Não encontrar evidência de avanço exige dizer o que foi procurado, em quais fontes e até quando; isso não prova, por si, inatividade, fraude ou descumprimento.

Comparar sem distorcer

A unidade precisa ser consistente. Dividir uma promessa em dez itens e outra em apenas um pode alterar artificialmente qualquer percentual de cumprimento. Um futuro registro deverá publicar regras para dividir, agrupar, excluir e vincular compromissos, além de testar se revisores independentes chegam a classificações semelhantes. Completude documental e qualidade de política são avaliações diferentes.

5 Da execução à avaliação

Para que a escolha de projetos se traduza em gestão, os compromissos precisam de competência institucional, equipe, orçamento, contratação quando aplicável, dados, coordenação e manutenção. A cadeia deve identificar quem controla cada etapa e quais decisões dependem de terceiros. A mesma exigência vale para a capacidade do próprio OpenGov3 de manter informação atualizada.

Da atividade ao efeito

Atividade é o trabalho realizado; entrega é o produto ou serviço disponibilizado; resultado é a mudança observada; impacto causal é a parcela de mudança atribuível à intervenção. A avaliação deve ser planejada desde o desenho e usar método adequado à pergunta e ao contexto. O Magenta Book distingue avaliação de processo, de impacto e de uso dos recursos, sem impor um único método a todos os casos. [4]

O monitoramento deve conservar a situação de referência, a definição do indicador, o denominador, a frequência e a qualidade dos dados. Mudanças de classificação e de população atendida precisam aparecer no histórico. Metas de volume devem ser acompanhadas de qualidade, distribuição e efeitos indesejados, para não premiar uma entrega que apenas desloca o problema.

Exemplo hipotético de atendimento

Imagine um compromisso de reduzir a mediana de espera de 60 para 45 dias em 12 meses, em uma rede fictícia de atendimento. Os valores são ilustrativos. A ficha precisaria definir quais solicitações entram na medição, como tratar cancelamentos, quem permanece aguardando, a fonte dos registros e a responsabilidade sobre cada etapa.

A mudança representa 15 dias, ou 25% do valor inicial. Isso descreve uma variação do indicador. Para avaliar o serviço, também seria necessário observar a fila ainda aberta, os casos de maior espera, a qualidade e as diferenças entre grupos. Para atribuir a melhora à intervenção, seria necessária uma comparação adequada e a análise de outras mudanças no período.

Se a meta for atingida por excluir casos difíceis, transferir pacientes sem solução ou alterar a definição de espera, o resultado não atende ao propósito. O protocolo deveria prever revisão diante desses sinais e manter visível a mudança de método. Nenhuma economia financeira decorre automaticamente da redução de dias.

O mesmo compromisso do início à revisão

- Propor e comparar: no exemplo de 60 para 45 dias, comparar reorganização da fila, ampliação da capacidade e melhoria do encaminhamento. Declarar a população atendida e o que cada alternativa deixaria de atender.
- Financiar: apresentar implantação, operação, manutenção e contingências no mesmo horizonte; identificar a fonte orçamentária e a autorização necessária. O exemplo não contém valores de custo nem financiamento confirmado. Essa lacuna impede tratar a proposta como compromisso pronto para execução.

- Assumir e executar: identificar a autoridade da rede, a equipe gestora, quem contrata quando necessário e quem verifica. Escolha de gestão, seleção de fornecedores e fiscalização têm responsabilidades distintas; apoio eleitoral não autoriza automaticamente uma contratação.
- Acompanhar: publicar marcos de capacidade e atendimento, registros da fila e despesas contratadas, aceitas e pagas em campos separados. Nenhuma dessas cifras equivale, sozinha, a avanço físico ou melhora do atendimento.
- Alterar e contestar: se uma dependência atrasar, registrar a versão anterior, o motivo, as alternativas, o efeito sobre custo e prazo e a autoridade que decide. A contestação deve receber resposta fundamentada e permitir revisão sem participação de quem tiver conflito de interesse.
- Avaliar e decidir: ao fim dos 12 meses, confrontar a mediana com a fila aberta, os casos mais demorados, a qualidade e a distribuição do acesso. Registrar se há base para manter, corrigir ou interromper; atribuição causal exige a comparação descrita anteriormente.

Os papéis e procedimentos acima compõem um desenho hipotético. A seleção local de planos apresentada no site é uma demonstração de comparação de prioridades; não registra votos nem define como converter preferências em autoridade e orçamento. Esse vínculo continua sendo uma decisão institucional em aberto.

Contas que precisam permanecer separadas

Benefício social, economia fiscal e dinheiro disponível são grandezas diferentes. Tempo poupado pode ter valor social sem liberar caixa. Uma despesa evitada pode não se converter em redução orçamentária. Doação, renúncia tributária, empréstimo e receita permanente têm consequências distintas e precisam aparecer separadamente.

Uma aplicação brasileira deve apresentar três perspectivas: resultado fiscal e fontes de financiamento; distribuição entre pessoas e grupos; patrimônio, dívida e riscos futuros. Custos de transição, manutenção e administração precisam estar incluídos. Comparações ao longo do tempo devem declarar moeda, ano de preços, inflação, horizonte e taxa de desconto, quando utilizada. Premissas incertas exigem cenários e análise de sensibilidade. [3, 5]

A hipótese de financiar novas políticas com eficiência futura só pode ser tratada como recurso disponível depois de demonstrar mecanismo, escala, prazo e realizabilidade. A edição atual não apresenta uma conta fiscal nacional fechada nem converte benefícios esperados em promessa de financiamento.

6 Governança com participação e informação

O modelo precisa definir como a escolha democrática se transforma em autoridade para decidir, recursos para executar e dever de prestar contas. Cidadãos, proponentes, equipes executoras,

financiadores, órgãos responsáveis e instâncias de controle têm funções distintas. A seleção de equipes e a atribuição de poderes dependem de regras públicas, competências e controles ainda a desenvolver.

Acompanhamento, avaliação e auditoria devem produzir informação para decisões justificadas. Os procedimentos para corrigir projetos, substituir responsáveis ou resolver conflitos precisam prever autoridade competente, critérios públicos, resposta dos envolvidos e revisão. Metas e indicadores informam essas decisões; direitos, competências e legitimidade continuam sendo limites do desenho institucional.

No Brasil, o desenho precisa observar as competências institucionais, os direitos e os princípios da administração pública. Constituição, Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados são referências de enquadramento; citá-las não certifica a legalidade de uma implementação específica. [9, 10, 11]

Governança do próprio OpenGov3

A credibilidade do projeto também depende de regras aplicáveis a seus operadores. Uma aplicação deve identificar quem seleciona os casos, interpreta as fontes, aprova mudanças e analisa recursos. Quando houver conflito de interesse, a decisão precisa de revisão sem participação do interessado e de justificativa registrada.

Para um futuro acompanhamento público, propõe-se separar autoria do registro, revisão e decisão sobre contestação. A separação deve ser proporcional à equipe disponível e declarada com honestidade. Financiadores não devem poder comprar avaliações favoráveis, esconder correções ou controlar classificações de seu interesse.

Uma correção material deve permitir identificar o conteúdo anterior, a nova redação, a razão, a fonte e a data. Divergência de interpretação e erro factual precisam de tratamento distinto. O contato editorial divulgado é OpenGov3@proton.me. Um registro público de correções, prazos de resposta e revisão independente só devem ser anunciados como operantes quando tiverem responsáveis e capacidade real.

Participação com influência definida

Antes de uma consulta, é necessário explicar qual decisão está aberta, quem pode participar, quais recursos estão em disputa e quais limites já existem. Deve haver uma resposta sobre as contribuições aceitas e recusadas. As diretrizes da OECD enfatizam desenho, inclusão, devolutiva e avaliação do processo. Uma enquete aberta não representa automaticamente a população. [8]

A participação deve considerar pessoas com pouco tempo, conexão limitada, deficiência ou pouca familiaridade digital. Quando a decisão pública exigir alcance maior, serão necessárias formas adequadas de participação fora da interface. Autenticação de identidade, representatividade e legitimidade são problemas diferentes; resolver um deles não resolve os demais.

Transparência e proteção de dados

O desenho proposto prioriza a publicação do necessário para compreender decisões e recursos públicos, com proteção dos dados pessoais. Finalidade, base legal, necessidade, retenção, acesso e segurança precisam ser avaliados antes da coleta. Informações sensíveis não devem ser inseridas em registros públicos imutáveis. A LGPD trata de finalidade, necessidade, segurança e direitos dos titulares. [11]

Assinaturas, carimbos de tempo e trilhas de alteração podem ajudar a verificar autoria e integridade. Eles não demonstram que uma medição corresponde à realidade. A infraestrutura deve ser escolhida pela necessidade de verificação, custo, interoperabilidade, correção e recuperação de falhas. Blockchain permanece uma opção a comparar com soluções mais simples.

Verificar documentos e proteger o voto são problemas distintos. Um eventual sistema eleitoral precisaria especificar sigilo, elegibilidade, prevenção de coerção, verificabilidade, contestação e recuperação, com exame independente. Registrar algo em blockchain não resolve esses requisitos nem comprova uma entrega. Nenhum protocolo de votação é estabelecido nesta edição.

Acesso e experiência de leitura

A interface deve oferecer texto legível, navegação por teclado, foco visível, links descritivos e funcionamento com ampliação. Movimento deve ajudar a perceber uma ação e respeitar a preferência por movimento reduzido. As WCAG 2.2 orientam requisitos de acessibilidade, mas a conformidade depende de avaliação da implementação. Testes técnicos devem ser complementados por leitores reais, incluindo pessoas idosas. [12]

7 O que aprender com outras experiências

O desenvolvimento do modelo pode aprender com mecanismos de participação, avaliação, informação e gestão de outras experiências. A unidade útil de comparação é o mecanismo e suas condições. Um país pode oferecer uma referência de interoperabilidade, outro de avaliação ou participação. Isso não demonstra superioridade de todo o seu regime nem valida o conjunto de propostas do OpenGov3. Fontes institucionais descrevem o funcionamento declarado; efeitos exigem evidência própria.

Reino Unido e Nova Zelândia

O Green Book de 2026 orienta a comparação de alternativas; o Magenta Book atualizado em 2026 orienta avaliação. O CBAx, do Tesouro da Nova Zelândia, oferece uma planilha e uma base de valores para apoiar análises de custos e benefícios. O próprio Tesouro considera também efeitos não monetizados, riscos de implementação e restrições fiscais. A lição aplicável é explicitar premissas e tornar o julgamento examinável. Valores monetários de outro país exigem adaptação antes de qualquer uso brasileiro. [3, 4, 5]

Estônia e intercâmbio de dados

O X-Road ilustra uma camada de intercâmbio entre sistemas, com assinaturas, carimbos de tempo e registros. O esclarecimento técnico do NIIS de 2018 distingue essa arquitetura de blockchain. A lição é separar interoperabilidade, integridade e escolha de infraestrutura. A referência não comprova a veracidade dos dados de origem nem dispensa governança, padrões e capacidade de operação. [6]

Singapura e serviços digitais

A documentação do Singpass distingue autenticação, compartilhamento de dados selecionados via Myinfo com consentimento e assinatura digital. Essa separação ajuda a formular requisitos com precisão. Não demonstra, por si, segurança de votação, representatividade ou adequação jurídica no Brasil. A adaptação depende de regras, proteção de dados, acesso e alternativas para quem não consegue usar o canal digital. [7]

Resultados e limites para orientar o desenho

Ceará e Sobral: a análise histórica relaciona avanços educacionais a um conjunto de reformas. O caso orienta a investigação de capacidade e coordenação; não isola um incentivo nem valida o modelo eleitoral. [15]

Togo: o experimento de capacitação em iniciativa pessoal encontrou benefícios persistentes, com diferenças por gênero no longo prazo. Acompanhamento e distribuição dos efeitos precisam entrar na avaliação. [16]

Benim: assistência aumentou a formalização, sem elevar vendas ou lucros no estudo. Cadastros e atividade econômica exigem medidas distintas; custo e benefício precisam ser confrontados. [17]

Esses casos não estimam o efeito de adotar o OpenGov3. A seleção ilustra questões de desenho, não um ranking de países. Custos e transferibilidade exigem exame próprio. As fichas ampliadas, métodos e lacunas estão em https://opengov3.com/paises; o estudo comparado permanece em https://opengov3.com/estudos/estado-social.

O estudo ampliado do OpenGov3 sobre Estado social, serviços e financiamento conserva outros casos e suas referências em opengov3.com/estudos. A escolha de uma aplicação brasileira deve considerar diferenças demográficas, fiscais, federativas e administrativas. Uma prática promissora precisa ser comparada com alternativas e falhas, além dos casos favoráveis.

8 Uma agenda de investigação para o Brasil

A agenda brasileira oferece um campo para desenvolver e comparar projetos. A orientação aqui examinada combina proteção essencial, autonomia, iniciativa econômica, concorrência e responsabilidade pública. As dez frentes abaixo organizam perguntas de pesquisa. Elas não representam um pacote nacional com custos, responsáveis e efeitos já demonstrados. Cada intervenção precisa de diagnóstico, competência institucional, alternativas, financiamento, transição e avaliação. Projetos concorrentes devem ter espaço para apresentar outras prioridades e alternativas.

- Educação: aprendizagem, pensamento crítico e caminhos de formação que ampliem oportunidades.
- Saúde: acesso efetivo, atenção básica, continuidade do cuidado e qualidade percebida e medida.
- Cuidado: condições para quem recebe apoio e para quem cuida, inclusive em situações permanentes.
- Proteção de renda: regras compreensíveis, cobertura adequada e transições que evitem perdas abruptas.
- Trabalho e proteção portátil: proteção compatível com mudanças de vínculo e trajetórias diversas.
- Empreendedorismo e produtividade: entrada, concorrência, previsibilidade e redução de obstáculos desnecessários.
- Segurança e justiça: prevenção, investigação, proteção de direitos e responsabilização dentro da lei.
- Infraestrutura, moradia e território: qualidade, acesso, manutenção e coordenação entre intervenções.
- Finanças públicas, patrimônio e compras: custo completo, uso de ativos, contratação e riscos de longo prazo.
- Governo compreensível e interoperável: informação legível, serviços acessíveis e compartilhamento adequado de dados.

Garantir, financiar, prestar e regular ou avaliar são funções que precisam ser distinguidas. Arranjos públicos, privados ou comunitários devem ser examinados segundo acesso, qualidade, direitos, incentivos e capacidade de controle. A escolha de um prestador não encerra a responsabilidade pública pela finalidade.

A sequência de investigação deve começar por problemas delimitados e instituições existentes. Antes de propor novos órgãos, verificar se uma mudança de processo, coordenação ou capacidade resolve o problema. Antes de ampliar benefícios, explicitar cobertura, retirada, financiamento e efeitos distributivos. Percentuais ilustrativos e analogias internacionais não substituem essas verificações.

9 Instrumentos em investigação

Os instrumentos desta seção são possibilidades para apoiar a escolha e a gestão por projetos. Cada um precisa de critérios próprios de utilidade, viabilidade e avaliação. O histórico de execução, por exemplo, pode ser apresentado sem uma nota agregada. O desenvolvimento do modelo deve permitir comparar, corrigir ou abandonar instrumentos que não atendam ao propósito.

Histórico de execução e Score

Prazo, custo, qualidade, transparência, impacto, satisfação e conformidade são dimensões úteis de análise. O original apresenta pesos divergentes entre texto e tabela para impacto e conformidade. Esta edição não escolhe silenciosamente uma das versões nem estabelece uma fórmula validada. [2]

A proposta inicial é apresentar dimensões separadas, contexto, recursos, responsabilidade efetiva e dados faltantes. Uma nota agregada só seria justificável após testes de robustez, sensibilidade e comparabilidade. Violação de direitos ou fraude comprovada não deve ser compensada por bom desempenho em outro indicador. Qualquer consequência precisa de regra própria, revisão e direito de resposta. Não se propõe pontuação geral de cidadania ou valor humano.

Rebate Social e cofinanciamento

O Rebate Social é uma hipótese de relacionar cofinanciamento privado a benefícios associados a entregas e economias verificadas. A análise precisa distinguir financiador, beneficiário, operador e autoridade que concede o benefício. Deve enfrentar renúncia de receita, adicionalidade, distribuição, conflitos de interesse, risco de captura e continuidade dos serviços. [2]

Um cálculo aritmético correto não demonstra que a base usada é real, que a economia foi causada pelo projeto ou que pode financiar o benefício. Percentuais e exemplos do original permanecem históricos. Antes de um piloto seriam necessárias modelagem fiscal e distributiva, comparação com alternativas e análise jurídica específica. Doação não deve comprar privilégio regulatório ou influência sobre avaliação.

Futarquia e mercados de decisão

Na proposta de Robin Hanson, a escolha política define objetivos e uma medida de bem-estar; mercados condicionais comparam consequências esperadas de alternativas. A comparação relevante envolve o valor esperado dessa medida. A probabilidade de ultrapassar um limiar específico é uma pergunta diferente. Ambos os cenários são condicionais; o cenário não escolhido não se torna um resultado observado. O desenho discutido por Hanson inclui limites constitucionais. [13]

Usar uma previsão para decidir pode alterar os incentivos de quem prevê. Chen e coautores demonstram esse problema e estudam condições de compatibilidade de incentivos em um modelo formal de mercados de decisão. O resultado não comprova inviabilidade de toda futarquia, tampouco garante que dinheiro produza informação correta em qualquer desenho. [14]

Para o OpenGov3, o caminho de investigação é avaliar primeiro previsões consultivas, critérios de resolução, participação, liquidez, manipulação e conflitos de interesse. Direitos fundamentais e legitimidade não devem depender automaticamente de preços de mercado. Futarquia, priorização de projetos e seleção de executores são mecanismos distintos; o Score e o Rebate Social não são propostas atribuíveis a Hanson.

Arquitetura institucional e tecnologia

O documento de origem associa o modelo a uma estrutura de 16 ministérios, à reorganização de mandatos e a um aplicativo de votação e acompanhamento. Esses desenhos específicos permanecem sujeitos a comparação e revisão. A proposta central de eleições e gestão por projetos deve ser desenvolvida com análise de competências, coordenação, transição, custo, representação e controles. A mesma disciplina vale para blockchain: escolher uma infraestrutura só depois de definir o problema que ela precisa resolver. [2]

10 Desenvolvimento do modelo

O caminho proposto articula investigação do desenho eleitoral, organização do acompanhamento público e esclarecimento cívico. O desenvolvimento deve tornar explícitas as regras possíveis e as condições para compará-las, testar sua compreensão e examinar consequências. Pilotos de informação e monitoramento podem ajudar a desenvolver partes do modelo, com escopo e limites declarados.

Etapa	Evidência necessária para avançar
Especificação do modelo	Relação entre voto, representação, projetos, equipes, orçamento e controles descrita; decisões em aberto e alternativas identificadas.

Etapa	Evidência necessária para avançar
Comparação e simulação	Regras candidatas examinadas em cenários com restrições, interdependências, riscos de exclusão e concentração de poder; premissas e limites publicados.
Pilotos de informação e acompanhamento	Escopo limitado, fontes, responsáveis, custos e critérios de revisão definidos, sem exercer autoridade eleitoral; registros e verificações reproduzíveis.
Avaliação e revisão	Compreensão, acesso, utilidade, erros, divergências, custos e incentivos examinados antes de ampliar o escopo.
Aplicação institucional	Competências, regras públicas, legitimidade, recursos, controles e transição definidos pelas instâncias responsáveis.

O protocolo de cada teste deverá definir critérios de avaliação e revisão antes de observar os resultados. Dados insuficientes, classificações inconsistentes, barreiras de participação, custo de manutenção incompatível ou erros que prejudiquem pessoas exigem reduzir o escopo, corrigir o método ou interromper a etapa. Números de acesso e documentos processados não substituem qualidade, compreensão e verificabilidade.

Um piloto informativo bem-sucedido demonstra apenas o que foi efetivamente testado. A adoção de regras eleitorais ou de gestão exige avaliação institucional própria e decisões das instâncias competentes. A responsabilidade do OpenGov3 é tornar seu modelo compreensível, criticável e sujeito a revisão, mantendo ligada a escolha de projetos à capacidade de executar e à prestação de contas.

Protocolo mínimo do primeiro piloto informativo

- Delimitar antes de começar: escolher um problema, território, período e conjunto de compromissos; registrar critérios de inclusão e exclusão. O piloto organiza informação e acompanhamento, sem exercer autoridade eleitoral nem executar serviços.
- Atribuir funções: identificar coordenação, autoria dos registros, revisão e decisão sobre contestações; declarar financiamento, conflitos e substituições. Nomes, disponibilidade e prazo de resposta precisam estar definidos antes de abrir o atendimento.
- Fixar dados e regras: publicar o dicionário de campos, fontes, data de corte e tratamento de ausências. Cada classificação deve remeter ao trecho ou registro de origem, conservando versões e correções. Dados pessoais só entram quando necessários e protegidos.
- Testar revisão reproduzível: aplicar as regras ao mesmo conjunto de registros por revisores diferentes; medir concordância, divergências e correções. Definir antes o patamar aceitável e como resolver desacordos; esta edição não inventa um limiar validado.

- Testar compreensão e acesso: pedir que leitores com perfis diversos localizem responsável, custo, prazo, evidência e incerteza e distingam proposta, entrega e resultado. Registrar barreiras, inclusive com ampliação, teclado e tecnologias assistivas.
- Controlar custo e dano: registrar horas de trabalho, despesas, atrasos e custo de atualização por registro. Um erro material que prejudique alguém exige correção e revisão imediatas; falha de privacidade exige conter a exposição e reavaliar o escopo.
- Decidir com registro público: continuar somente com as condições previamente definidas atendidas e falhas materiais tratadas. Divergência persistente, exclusão, dados insuficientes ou manutenção inviável exigem corrigir, reduzir ou interromper. Publicar a decisão, seus motivos e as limitações.

Local, equipe, amostra, orçamento, calendário e patamares de aceite ainda precisam ser definidos. O protocolo é uma especificação para preparar o piloto, não anúncio de operação. Seu eventual sucesso sustentará conclusões sobre informação e acompanhamento no escopo testado; adoção eleitoral e gestão pública exigem validação própria.

Nota desta edição

A edição 2.1 acrescenta o quadro do estado da proposta, conecta o exemplo de atendimento às responsabilidades e às decisões de execução, detalha o piloto informativo e incorpora três referências posteriores à edição 2.0. Preserva a estrutura e as ressalvas sobre Score, Rebate Social e futarquia, sem estabelecer regras eleitorais nem uma conta fiscal nacional. As edições 2.0 e 1.20.15 e os ensaios permanecem disponíveis como registros históricos.

O português é o texto de referência. Inglês, espanhol, russo e alemão preservam a versão, a estrutura, os exemplos e a numeração das fontes. Alterações futuras de conteúdo devem ser registradas na edição e refletidas nas traduções correspondentes.

Glossário essencial

Despersonificação política. Organização da escolha e da cobrança em torno de propostas e critérios públicos, mantendo pessoas e instituições identificadas e responsáveis.

Portfólio de projetos. Conjunto de projetos coordenados segundo objetivos, recursos, dependências e responsabilidades.

Compromisso público. Obrigação ou intenção delimitada, vinculável a fonte, responsáveis e condições de execução.

Contrafactual. Situação que ocorreria sem a intervenção, estimada por método adequado.

Resultado observado. Mudança medida, que ainda pode ter múltiplas causas.

Impacto causal. Mudança atribuível à intervenção, dentro dos limites da avaliação.

Adicionalidade. Parcela do efeito que não ocorreria sem o mecanismo analisado.

Interoperabilidade. Capacidade de sistemas trocarem e utilizarem informação de forma adequada.

Trilha de auditoria. Histórico que permite examinar origem, alterações, decisões e responsáveis.

Futarquia. Proposta que combina definição política de objetivos e mercados condicionais para comparar consequências esperadas.

Referências

As referências da edição 2.0 conservam sua consulta de 22 de outubro de 2026. As três referências acrescentadas nesta edição foram conferidas em 2 de novembro de 2026. Fontes sustentam as afirmações indicadas; não validam o OpenGov3 como sistema completo. Títulos bibliográficos permanecem no idioma original.

[1] Victor BP. Textos fundadores do OpenGov3. Acervo autoral. Sem o indivíduo não temos uma sociedade; Premissas para uma sociedade minimamente saudável; Que Nasça Logo Uma Ideologia Livre; Como seria um Governo ideal. Ensaios, com contexto e voz autorais preservados. opengov3.com.

[2] Victor BP. OpenGov3 Whitepaper v1.20.15. 27 de outubro de 2025. Documento de origem. Seções 2, 8, 11, 12 e 14. Versão preservada separadamente. opengov3.com.

[3] HM Treasury. The Green Book. 2026. Avaliação prévia de alternativas, custos, benefícios, distribuição e incerteza. Capítulos 1, 6, 7 e 9. www.gov.uk.

[4] HM Treasury e Evaluation Task Force. Magenta Book Central Government guidance on evaluation. 2026. Edição atualizada em maio. Planejamento da avaliação, processo, impacto e uso dos recursos. Capítulos 1 a 3. www.gov.uk.

[5] The Treasury New Zealand. The Treasury's CBAx Tool. Budget 2026. Modelo e base de valores. Seção Using CBAx to inform decision-making; versão lançada em novembro de 2025. www.treasury.govt.nz.

[6] Petteri Kivimäki e NIIS. There is no blockchain technology in X-Road. 2018. Esclarecimento técnico de 26 de abril. Seções X-Road e Is X-Road based on blockchain. Descrição da arquitetura no período da publicação. www.niis.org.

[7] GovTech Singapore. Singpass Developer Portal. Sem data de publicação indicada. Documentação funcional de Login, Myinfo e Sign. developer.singpass.gov.sg.

[8] OECD. OECD Guidelines for Citizen Participation Processes. 2022. Desenho, inclusão, implementação, devolutiva e avaliação de participação. DOI 10.1787/f765caf6-en. doi.org.

[9] Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Texto com alterações. Artigos 1, 2, 5 e 37. Direitos, organização do poder e princípios da administração pública. www.planalto.gov.br.

[10] Brasil. Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação. 2011. Texto com alterações. Artigos 3, 5, 6 e 7. Acesso, transparência e proteção da informação. www.planalto.gov.br.

[11] Brasil. Lei 13.709 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2018. Texto com alterações. Artigos 6, 18, 23 e 46. Princípios, direitos, poder público e segurança. www.planalto.gov.br.

[12] W3C. Web Content Accessibility Guidelines WCAG 2.2. 2023 com atualização de 2024. Navegação, foco, tamanho do texto e interação. A consulta à norma não equivale a certificação de conformidade. www.w3.org.

[13] Robin Hanson. Shall We Vote on Values, But Bet on Beliefs?. 2013. Journal of Political Philosophy, 21(2), 151 a 178. DOI 10.1111/jopp.12008. Manuscrito do autor, seções IV, VII, VIII e IX. mason.gmu.edu.

[14] Yiling Chen, Ian Kash, Mike Ruberry e Victor Shnayder. Decision Markets With Good Incentives. 2011. WINE 2011, LNCS 7090, 72 a 83. DOI 10.1007/978-3-642-25510-6_7. Introdução e seção 4. www.microsoft.com.

[15] André Loureiro, Louisee Cruz, Ildo Lautharte e David K. Evans. The State of Ceara in Brazil is a Role Model for Reducing Learning Poverty. 2020. Banco Mundial. Análise histórica das reformas educacionais e suas complementaridades; não é avaliação causal isolada de um incentivo. documents1.worldbank.org.

[16] Francisco Campos, Michael Frese, Leonardo Iacovone, Hillary C. Johnson, David McKenzie e Mona Mensmann. Long-Term and Lasting Impacts of Personal Initiative Training on Entrepreneurial Success. 2025. American Economic Review: Insights. DOI 10.1257/aeri.20240581. Resumo e metadados da publicação; efeitos de longo prazo e diferenças por gênero. www.aeaweb.org.

[17] Najy Benhassine, David McKenzie, Victor Pouliquen e Massimiliano Santini. Does inducing informal firms to formalize make sense? Experimental evidence from Benin. 2018. Journal of Public Economics. DOI 10.1016/j.jpubeco.2017.11.004. Resumo e introdução; formalização, desempenho e custo da assistência. cepr.org.